



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Divisão de Conselhos/Secretaria-Geral

Síntese das deliberações referentes aos assuntos constantes da pauta da V sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) de 2022 da Universidade Federal do ABC, realizada no dia 25 de outubro de 2022, às 14h, na Sala dos Conselhos – 1º andar, Torre 1 – Bloco A.

Informes da Reitoria

- ✓ *O presidente, Dácio Roberto Matheus, informou que a vice-presidenta, Mônica Schröder, se encontrava em férias. No ensejo, convidou a conselheira Itana Stiubiener para compor a Mesa.*
- ✓ *Apresentou panorama acerca da situação financeira e orçamentária da UFABC, ressaltando a imprevisibilidade na normativa que voltou atrás nas autorizações já realizadas ao longo do ano de 2022, além das tentativas de cortes. Ainda, declarou que fora realizada uma reunião com representantes das diversas categorias da comunidade acadêmica, onde se discutiu qual seria a fonte para o cumprimento das obrigações programadas para o mês novembro. Informou que permanecia em aberto a questão do destino dado ao recurso que já havia sido estabelecido legalmente, adotando-se como prioridade as bolsas e auxílios estudantis. Ademais, ressaltou que a UFABC tinha dois montantes de recursos que ainda seriam definidos, os quais incluem bolsas de diversas naturezas. Todavia, internamente, estudavam-se meios de realizar o pagamento de parte das obrigações. Comunicou que houve tratativas junto ao Congresso e à Casa Civil, no intuito de buscar recursos para a universidade. No momento, pontuou que a UFABC se preocupava com os contratos de serviços, uma vez que o atraso no pagamento desses contratos poderia comprometer o pagamento do salário de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, apesar de a obrigação contratual não permitir a interrupção dos serviços por até três meses de atraso. Todavia, a saúde financeira das empresas contratadas poderia implicar em tal previsão. Informou que havia a perspectiva, com a posse do novo governo, de correção no orçamento de 2023 pelo menos aos níveis do orçamento de 2019, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Comunicou que, embora fosse possível o pagamento das bolsas socioeconômicas e auxílios no mês de dezembro, permaneciam os problemas relativos às demais despesas da universidade. Em complemento, o pró-reitor de pós-graduação, Charles Morphy Dias dos Santos, informou acerca das medidas adotadas a fim de amenizar os efeitos dos cortes orçamentários na perspectiva acadêmica, como a prorrogação para a conclusão dos cursos, a possibilidade de remarcação de avaliações previamente agendadas e a recomendação ao corpo docente para que preferissem o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Em relação à graduação, a pró-reitora, Fernanda Cardoso, informou que, além da possibilidade de os alunos bolsistas remarcarem suas avaliações, seria possível que esses alunos solicitassem o não registro das faltas computadas desde a publicação da Portaria ProGrad nº 2977, até a finalização do 3º quadrimestre de 2022.*
- ✓ *Passou a palavra à secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, que, informou que a Divisão de Conselhos recebera, em atendimento ao inciso XIII, do Art. 3º, da Resolução ConsUni nº 195, a indicação de: Victor Hugo Alves Steil (titular) e Ângelo Orletti Del Rey (suplente), para compor o CTC do Netel. Não havendo quem se manifestasse contrariamente às indicações, os nomes foram homologados.*
- ✓ *O presidente solicitou a promoção do Calendário ConsEPE 2023 para Ordem do Dia. Não havendo manifestações contrárias, o item foi promovido.*

Informes dos Conselheiros

- ✓ A conselheira, Bianca Barboza Bertolotto, informou acerca das ações realizadas pelos estudantes frente aos cortes, além das consequências sofridas pelo não pagamento das bolsas e pelo fechamento antecipado do Restaurante Universitário do campus de São Bernardo. Aproveitou a ocasião para convidar a todos a participarem da Audiência Pública da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) que ocorreria neste dia, às 19h.

Ordem do dia

1. *Proposta de Ato Decisório que desobriga discentes do BC&H que ingressaram até 2022, e que requisitarem integralizar o BC&H com base em sua matriz de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de 2022, de cumprir necessariamente a totalidade das 240 horas (ou 20 créditos) de ações de extensão sob a forma de carga horária extensionista.*

A pró-reitora de graduação, Fernanda Cardoso, solicitou a retirada do item de pauta e reinclusão na pauta da I sessão ordinária de 2023.

2. *Calendário ConsEPE 2023.*

A secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, apresentou a proposta de calendário ressaltando que foram considerados os mesmos parâmetros dos anos anteriores: reuniões bimestrais, alternadas com as reuniões do Conselho Universitário (ConsUni), datas de envio de sugestões e envio de pauta conforme anos anteriores, não realização de reuniões em durante os recessos. Não havendo questionamentos, o presidente encaminhou o documento para votação. Aprovado por unanimidade.

3. *Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH).*

4. *Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE).*

O presidente propôs que os dois itens referentes às Licenciaturas fossem apresentados em bloco. Passou a palavra à pró-reitora de graduação, Fernanda Cardoso, que descreveu o histórico das propostas, a estrutura dos documentos e relatou que a revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) foi motivada para adequações à Resolução CNE/CP nº 2, de 02 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, e à Resolução ConsEPE nº 253, de 03 de março de 2022, que regulamenta a implantação nos projetos pedagógicos e nas práticas pedagógicas dos cursos de graduação de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos em ações de extensão e de cultura. Ademais, cada curso realizou adequações as quais passariam a ser detalhadas pelas respectivas coordenações. Com a palavra, André Buonani Pasti, vice-coordenador da LCH, apresentou as principais alterações realizadas no documento proposto, tais como as adequações às normas mencionadas, além de mudanças pontuais na matriz curricular. Entre essas, ressaltou a alteração dos créditos da disciplina Práticas Escolares de Educação Especial e Inclusiva (PEEEI), reduzidos de quatro para dois créditos, sendo esses dois créditos incluídos no grupo de disciplinas de Opção Limitada de Práticas de Ensino. Além dessas, também mencionou a atualização dos dados sobre corpo docente, documentos que referenciam o projeto, correções em siglas e nomes de disciplinas. Por fim, apresentou a nova matriz sugerida e as novas disciplinas de opção limitada. Em seguida, com a palavra, a coordenadora da LCNE, Patrícia da Silva Sessa, apresentou histórico do fluxo institucional pelo qual o documento foi submetido, desde as plenárias de curso, iniciadas em novembro de 2021, passando pelas reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), colegiado e coordenação, findando em duas sessões da Comissão de Graduação (CG) até chegar a este Conselho para deliberação. Assim como o documento já apresentado, este PPC também atendia às adequações das normas mencionadas. Tratou de detalhamentos tais como a carga horária de integralização do curso, matriz curricular sugerida,

além dos componentes curriculares de extensão considerados para o curso, além de aspectos referentes aos estágios obrigatórios. Outro ponto comum com o documento apresentado pela LCH, o PPC da LCNE também teve reduzidos os créditos de PEEEI de quatro para dois créditos. Em discussão, de modo geral, as manifestações centraram-se especialmente na questão da redução de créditos da disciplina PEEEI. Foram feitas defesas tanto para a proposta que reduziria os créditos, sob diversos argumentos os quais se relacionavam à necessidade de oferta dessa disciplina em consonância com a disponibilidade do corpo docente, quanto para a proposta alternativa que propunha a manutenção dos quatro créditos, entendendo-se, em suma, que, nesse formato, a disciplina atenderia mais adequadamente à formação docente no tocante às questões de educação especial e inclusiva, o que poderia ser prejudicado caso houvesse a redução. Considerando haver duas propostas, o presidente submeteu à votação uma contra a outra, sendo: (I) a proposta que reduziria os créditos de PEEEI de quatro para dois créditos e (II) a proposta que manteria PEEEI com quatro créditos. Após votação, a proposta (I) recebeu 6 votos favoráveis e a proposta (II) recebeu 15 votos favoráveis, ainda, foram registradas 2 abstenções. Portanto, a disciplina de PEEEI mantém os quatro créditos. Por fim, prestados os últimos esclarecimentos, o presidente encaminhou cada um dos documentos para votação separadamente. O PPC da LCH foi aprovado por unanimidade. O PPC da LCNE também foi aprovado por unanimidade.

5. *Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T).*

A pró-reitora de Graduação, Fernanda Cardoso, deu breve histórico sobre a tramitação da proposta e informou que a revisão e adequação do PPC do BC&T foi motivada pela exigência de carga horária de ações de extensão e cultura, nos cursos de graduação, em acordo com as diretrizes nacionais e normativos internos da UFABC. Passou a palavra ao coordenador do BC&T, Luciano Cruz, que destacou as mudanças realizadas no PPC, sobretudo no que diz respeito à adequação da carga horária prevista para as ações de extensão. Destacou que o PPC do BC&T era anterior ao PPI de 2017, trazendo, portanto, divergências em sua construção, em comparação aos demais cursos de ingresso, sobretudo no que dizia respeito à grade curricular. Explicou as implicações de uma adaptação ao PPI de 2017, destacando que foram feitas inúmeras discussões junto ao NDE e as classes profissionais. Em discussão, dentre outros questionamentos, concentrou-se no ponto de divergência com o PPI 2017. Acerca disso, o presidente declarou entender os argumentos postos pela coordenação do curso, porém, pontuou ser contrário à aprovação de um projeto cuja diretriz contraria uma política estabelecida pelo próprio Conselho, no caso do PPI 2017. Explicou que tal fato abriria precedentes contraditórios, convertendo-se numa situação sensível e difícil de ser gerenciada, uma vez que ainda havia projetos pedagógicos a serem revisados. Nesse sentido, sugeriu que fosse nomeada uma comissão de relatoria que trabalhasse no documento, na busca pela adequação do PPC-BC&T ao PPI 2017. A coordenação do BC&T solicitou que, para esse encaminhamento, fossem incluídos na comissão representantes dos conselhos de classe da Engenharia, da Química e da Biologia, uma vez que as alterações na matriz curricular do curso teriam reflexo nos cursos relacionados a essas áreas. Solicitou-se, também, a participação dos discentes na composição da comissão. Várias falas apoiaram a posição do presidente sobre: a matéria, a sugestão de nomeação da comissão de relatoria proposta e a inclusão da participação de outras instâncias na revisão do PPC-BC&T. Não havendo mais comentários, o presidente colocou em votação o encaminhamento que nomearia a comissão de relatoria sugerida. Encaminhamento com 1 voto contrário e 1 abstenção. Com isso, o presidente informa que o PPC-BC&T, após passar pela revisão da comissão, deveria retornar na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, que acontecerá em 28 de fevereiro de 2023.